

A. I. Nº - 110526.0125/04-3
AUTUADO - XOU CAMISARIA COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - ANTONIO ARAÚJO AGUIAR
ORIGEM - IFMT – DAT/ METRO
INTERNET - 17/03/2005

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0071-03/05

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM A INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO. Comprovado que a inscrição do estabelecimento estava cancelada na data da autuação. Nesta situação é dado o tratamento tributário para contribuinte não inscrito, sendo lícito a exigência do imposto por antecipação. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 05/10/04, para exigir ICMS no valor de R\$1.335,60 acrescido da multa de 60%, relativo a falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outras unidades da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada.

As mercadorias apreendidas conforme Termo de Apreensão e Ocorrências (fl. 05), foram transferidas em 13/10/2004 para a empresa Plana Express Comércio e Indústria Ltda, inscrição estadual nº 59.360.386, que assumiu a guarda como fiel depositário, conforme documento à fl. 13.

O autuado apresenta defesa às fls. 31 e 32 e diz que funcionava no município de Lauro de Freitas e protocolou na Infaz Bonocô em 09/08/2004 o requerimento de alteração de endereço para funcionar no Conjunto Fazenda Grande II, Via Coletora B, s/n, Lote 36/A, conforme Documento de Informação Cadastral (DIC) de nº 12.896/2004-0 e croqui de localização do estabelecimento.

Afirma que em 01/10/2004 efetuou uma consulta sobre sua situação cadastral e constatou que se encontrava com a inscrição cancelada, em consequência do indeferimento do requerimento de alteração de endereço, pelo fato de que o preposto fazendário não ter localizado o novo endereço do estabelecimento. Diz que se encontrava funcionando regularmente, sem ter recebido nenhuma comunicação no endereço eletrônico.

Afirma que constatou que o motivo do cancelamento foi tipificado no art. 171, XV do RICMS/97 “quando, após realização de vistoria, ficar constatado que o contribuinte não atende aos requisitos necessários à manutenção da inscrição”, e “que não tem qualquer responsabilidade pela não localização do seu novo endereço”. Esclarece que não se trata de empresa nova e que não deveria ser motivo de cancelamento a não localização do estabelecimento.

Informa que solicitou reinclusão no cadastro de contribuintes em 01/10/04 através do processo nº 184.557/2004-1 e só foi vistoriado em 13/10/04 e restabelecida sua inscrição cadastral em 14/10/2004.

Relata que enquanto aguardava a regularização da sua inscrição cadastral, teve as mercadorias objeto da infração apreendidas em 05/10/04 que culminou com a autuação.

Por fim, requer a improcedência do Auto de Infração, tendo em vista que não infringiu os dispositivos regulamentares do ICMS e que a ação fiscal ocorreu depois de ter adotado providências para regularizar o cancelamento equivocado de sua inscrição feito pela Secretaria da Fazenda.

O autuante na informação fiscal prestada (fl. 46), diz que o imposto foi exigido antecipado em decorrência do cancelamento da inscrição do autuado, pelo fato de que o fisco após realização de diversas diligências não conseguiu localizar o contribuinte.

Diz que por precaução procurou o contabilista responsável pela empresa, porém o mesmo informou que não era mais responsável pela contabilidade da empresa e não sabia qual era a localização do contribuinte.

Afirma que, a exigência do pagamento antecipado do ICMS com multa foi feito de acordo com a legislação tributária, em decorrência do cancelamento da inscrição estadual do autuado.

VOTO

O Auto de Infração trata da exigência de ICMS na primeira repartição fazendária do percurso das mercadorias, pelo fato de que a mercadoria destinava-se à contribuinte com inscrição estadual cancelada.

Examinando os documentos acostados ao processo, verifico que na data da autuação (05/10/2004), a consulta formulada ao banco de dados da Secretaria da Fazenda (fl. 08), comprova que o autuado estava com inscrição cadastral em situação “cancelado”, fato admitido na defesa apresentada.

Estando efetivamente cancelada de ofício a inscrição do autuado no momento da emissão das notas fiscais de nºs 19.433 e 19.434 (fl. 10 e 11) emitidas em 01/10/2004 e tendo sido constatado a entrada da mercadoria no território baiano destinada a ele, está caracterizada a infração, conforme disposto no art. 125, inciso II, “a”, item 2 do RICMS/97, que trata dos prazos e momentos para recolhimento do ICMS por antecipação e, portanto devido o imposto acrescido de multa.

Quanto a alegação da empresa de que o cancelamento decorreu de erro administrativo, não há no processo prova de suas alegações. Conforme documento acostado à fl. 37, o pedido de alteração cadastral (fl. 36) datado de 05/08/2004 foi indeferido pelo fato de que não foi localizado o estabelecimento da empresa no endereço informado pelo contribuinte, e preenchida a uma Ficha de Localização de Contribuinte (FLC) em 16/08/2004 que culminou no seu cancelamento.

Também não logrou êxito a consulta formulada ao Contador da empresa que informou desconhecer a localização do contribuinte.

Face ao exposto voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **110526.0125/04-3**, lavrado contra a **XOU CAMISARIA COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA.** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.335,60**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de março de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

ARIVALDO DE SOUZA PEREIRA-JULGADOR